

ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL: DO DESPERTAR PARA A LUTA À CONQUISTA DE “TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA”

Cícera Gomes de Andrade¹
Josias de Castro Galvão²

Resumo

O presente trabalho tem como propósito estudar o (re)ordenamento territorial do espaço agrário do município de Cajazeiras, município do semiárido paraibano, localizado no Alto Sertão, a partir da análise da participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT, Sertão - PB), nesse processo. Entendemos que o reordenamento territorial do espaço agrário municipal se originou da construção, do que Moreira e Targino (2007) denomina de “Territórios de Esperança”. O Território de Esperança é aquele conquistado a partir da luta e da resistência camponesa. Pode-se dizer que essa resistência foi suscitada através da Teologia da Libertação que trouxe como proposta de formação a construção de uma nova forma de ser da Igreja, pautada na possibilidade da transformação social e política, cuja referência é o Reino de Deus, especialmente a busca por um mundo igualitário, participativo e fundamentado nos princípios da justiça social.

Palavras-chave: CPT, Reforma Agrária

Introdução

O espaço agrário de muitos territórios dos sertões nordestinos passou a ser reorganizado a partir da decadência das principais atividades econômicas, a citar a pecuária extensiva e a agricultura de sequeiro. Boa parte dos camponeses (as) que outrora estava envolvida nestas atividades produtivas fica ociosa em decorrência do declínio dessas atividades. Neste contexto, o campo decadente tornou-se refúgio dos grandes proprietários com grande extensão de terras improdutivas em detrimento do grande número de famílias pobres e sem terras.

A nosso ver, acredita-se que foi exatamente por não se ter alternativa que o campesinato do Sertão - PB iniciou a luta pelo acesso a terra que se assemelha com a labuta diária contra a fome, o desemprego e a miséria. Na luta pela democratização do acesso a terra as populações camponesas puderam contar com a presença da Igreja,

¹ Comissão Pastoral da Terra (CPT - SERTÃO - PB)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPB)
ceciliapt@hotmail.com

² Professor Associado III da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
josiascastro@uol.com.br

materializada na Teologia da Libertação que a partir da leitura da realidade camponesa suscita a luta pela conquista o “Território de Esperança”. Território, por se tratar de um lugar delimitado com as fronteiras bem definidas, como também, pela correlação de força que é exercida sob este. E de Esperança por ser um território conquistado para se tornar livre da exploração do homem pelo homem, porém, suscetível às contradições, aos avanços, aos recuos, aos desafios impostos pela dinâmica do capital.

O estudo foi realizado no âmbito de pesquisa de graduação (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) e que teve como suporte, além da pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo. Constatou-se que a CPT Sertão-PB desempenha um importante papel no (re)ordenamento do território em Cajazeiras, visando a construção de Territórios de Esperança.

O papel da CPT tem início através da sua participação no processo de evangelização dos camponeses sem terra. Esta ação leva em conta não só a fé intrínseca a cada sujeito, mas através dos textos bíblicos, procura motivar o homem do campo e da cidade a entender o sentido de justiça social e a ampliar sua consciência crítica quanto à injustiça social e a negação dos direitos a que estão submetidos.

A Teologia da Libertação tem sido o instrumento de formação inicial utilizado pela CPT para despertar as populações camponesas no sentido da necessidade de organização para enfrentar a situação de exploração a que estão submetidos. O olhar para a realidade a partir da Bíblia tem motivado a construção de uma nova forma de ser da Igreja, pautada na possibilidade de transformação social e política, cuja referência é o Reino de Deus, especialmente, a busca por um mundo igualitário, participativo e fundamentado nos princípios da justiça social. Um segundo momento da ação Pastoral é o da organização camponesa e de suporte à luta pela conquista de Territórios de Esperança.

A memória das lutas camponesas no Alto Sertão paraibano e nossa participação na Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB), assim como as ações libertadoras da Igreja na formação e na transformação de Territórios de Exploração em territórios de Esperança no Alto Sertão contribui, como é demonstrado no trabalho, para demonstrar as principais conquistas frutos do acesso a terra, bem como, os principais desafios para a permanência na terra. A metodologia utilizada para operacionalização desta pesquisa foi o materialismo dialético como método de abordagem, por nos permitir desvelar as contradições existentes entre o espaço que reproduz diferenças espaciais e socioeconômicas das populações que vivem no semiárido e as transformações

socioespaciais produzidas pelos sujeitos que se organizam a partir de um modo de pensar e de agir territorialmente.

A discussão acerca do território nos conduziu à observação do desmonte das estruturas produtivas pautadas no cultivo do algodão, na criação extensiva de gado e no cultivo de culturas de sequeiro (culturas de sequeiro é uma expressão utilizada pela população camponesa do Sertão para afirmar que planta somente no período de chuva e geralmente culturas alimentares como: milho, feijão, jerimum, gergelim, fava e outros) de certa forma, esgotadas no Sertão nordestino. Isto contribuiu para o desmantelamento das antigas relações de trabalho no campo como o arrendamento e a parceria e para o desemprego associado a migração campo-cidade.

Nas duas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI o agravamento das condições de vida no campo e na cidade suscitou a ação da CPT no sentido de organizar trabalhadores marginalizados e fortemente explorados a lutar por terras dos antigos latifúndios sertanejos.

Em Cajazeiras, um importante município do Alto Sertão, essa luta camponesa deu origem, até 2017, à criação de 07 assentamentos de reforma agrária onde estão assentadas 195 famílias (aproximadamente 780 pessoas), numa área de 6.373.72 hectares. É um novo território que surge em Cajazeiras com base na agricultura camponesa, substituindo o latifúndio pecuarista, se insurgindo contra a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos antigos camponeses aos “coronéis”.

Trata-se, na verdade, do reordenamento territorial do espaço agrário cajazeirense através da construção de Territórios de Esperança aqui entendidos como uma forma experienciada de organização social singular, e que, como asseveram Moreira e Targino (2007, p. 76) é construída “com base na utopia e na esperança, (...) carregada de contradições, mas também de sinalizações de uma forma vivenciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração”. Em um município de tradição latifundiária pecuarista, o surgimento dos assentamentos promoveu e vem promovendo uma reordenação territorial representada não só pela oposição nas formas de organização da produção e do trabalho no espaço agrário através da expansão do território regido pela agricultura camponesa sobre aquele de domínio da pecuária, como pela busca da “autonomia” presente nesses novos territórios.

Autonomia aqui entendida não como independência em relação ao mercado ou às instituições, nem mesmo como um rompimento definitivo das relações de exploração

em que o campesinato está inserido, mas como uma conquista da luta da CPT que tem permitido ao camponês se constituir em sujeito social da sua própria história. Sujeito este com identidade própria e que se faz representar através de lideranças próprias e com discernimento suficiente para entender e lutar contra a dominação do capital sobre a agricultura camponesa. São estes aspectos que o trabalho procura trazer para o debate.

Libertar a terra é primordial para torná-la produtiva

De acordo com o Dicionário HOUAISS (versão eletrônica 3.0, 2009), o sentido que queremos dar (neste estudo) ao verbete **LIBERTAR** é a de “pôr(-se) em liberdade, tornar independente ou conquistar a própria independência”. Então, a conquista da terra é condição *sine qua non* para a reprodução da vida do camponês que lhe foi amputada na longa história da posse da terra no Brasil.

Para Martins (1998), a transformação da terra em mercadoria, em propriedade privada, o capital impõe a luta pelo acesso a terra, caracterizando-se enquanto resistência e, ao mesmo tempo, enfrentamento ao sistema vigente. Impondo, assim, a luta pela conquista da terra de trabalho que se contrapõe a terra de negócio. Andrade (2011) ressalva que a questão agrária está diretamente ligada à concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários, podendo ser: pessoa física ou jurídica e sociedade anônima. Logo, a luta pelo acesso à terra se torna condição primordial para pô-la em liberdade, uma vez que, para o campesinato, libertar a terra carece de luta, resistência e enfrentamento ao sistema capitalista.

Moreira e Targino (1997) destacam a ocupação e a apropriação do capital sob o espaço agrário, uma vez que, historicamente, esteve associado à exploração do homem pelo homem. Sendo assim, o acesso a terra é a condição essencial da produção e reprodução do campesinato. Destarte, fazer um estudo acerca da memória e ordenamento territorial do espaço agrário no município de Cajazeiras, a partir da luta e organização camponesa, precede a compreensão das correlações de forças preestabelecidas no tempo e o espaço, bem como a participação da teologia da libertação para despertar as populações camponesas a lutarem pelo acesso a terra. Por assim dizer, torna-se necessário um estudo no campo da geografia, na busca de compreender as relações de poder preexistentes no tempo e no espaço para construção e reconstrução dos territórios.

Na discussão acerca do território, Moraes (2008, p.37) afirma que:

O território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade espaço, ou melhor, uma visão angular específica da histórica. O território emerge como uma totalidade para a Geografia, um espaço datado de historicidade própria, que corresponde a uma dada espacialidade, ou seja, a formação econômica e social.

A discussão do território, enquanto construção social, histórica e da correlação de poder para a sua constituição e manutenção é de relevante para este estudo, visto que auxilia na compreensão da importância da teologia da libertação para organização dos camponeses (as) na luta pelo acesso a terra e o ordenamento territorial do município de Cajazeiras, a partir dos “Territórios de Esperanças”.

Acerca da conceituação de “Território de Esperança”, elaborado por Moreira e Targino (2007), é:

Entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular. Território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, TARGINO, 2007, p.77).

“Território de Esperança” por ter as marcas da luta, resistência e da conquista do pedaço de chão que para o campesinato é o símbolo de sua existência enquanto sujeito e a Esperança de uma vida melhor a partir da organização familiar, comunitária, produtiva e social. A conquista do território nos conduz à observação do desmonte das estruturas produtivas pautadas no cultivo do algodão, na criação extensiva de gado e no cultivo de

culturas de sequeiro³, de certa forma, esgotadas no sertão nordestino, proporcionando, a oportunidade aos trabalhadores marginalizados e fortemente explorados o acesso às terras dos antigos latifúndios sertanejos. Neste aspecto, compreende-se que a terra foi posta em liberdade a partir da luta coletiva com a constituição do “Território de Esperança”.

Sertão nordestino: mesorregião marcada pela concentração fundiária e a exploração camponesa

No Sertão, o processo de povoamento e exploração ocorreu da mesma forma, baseado na exploração e expropriação da terra e dos camponeses. Sendo assim, a primeira resistência encontrada nestas terras foi a dos povos indígenas, que não concordavam com o processo de colonização. Entretanto, mesmo com a resistência indígena as terras que, outrora, pertenciam aos índios, deu lugar aos currais para criação de gado, favorecendo a instalação dos primeiros povoados no sertão.

Para Moreira e Targino (2007), o que fez o mudar o percurso do gado foi o aumento da produção da cana de açúcar na Zona da Mata, impulsionando, assim, a divisão do trabalho por região, empurrando a atividade pecuária para o interior do Sertão paraibano, principalmente, nas margens dos rios Piranhas e Piancó, fator responsável pelo povoamento desta região. A este respeito Moreira e Targino (2007) afirmam:

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral; c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro (p.78).

Deste modo, o processo de ocupação territorial do sertão esteve subjugado à propriedade privada da terra e ao latifúndio, fazendo com que os camponeses se submetessem ao sistema de parceria e de arrendamento. Isto implica diretamente na

³ Culturas de sequeiro é uma expressão utilizada pela população camponesa do Sertão para afirmar que planta somente no período de chuva e geralmente culturas alimentares como: milho, feijão, jerimum, gergelim, fava e outros.

produção de alimentos, uma vez que parte da produção é destinada ao patrão. Sendo assim, a produção que abasteceria uma família passa a abastecer duas. Estas relações perduram até os dias atuais. Cabe ressaltar que em anos de estiagem a vida dos camponeses fica cada vez pior, pois não conseguem produzir o suficiente para alimentar a própria família, imagine a do patrão. Aqui está a verdadeira causa da pobreza das populações nordestinas: a concentração fundiária, as relações de trabalho e não somente as condições de semiaridez.

A cidade passa a ser responsável pela maior parte do processo de acumulação, o campo, decadente e miserável, passou a ser refúgio dos grandes proprietários com grande extensão de terras improdutivas e de grande número de famílias pobres e sem terras. Assim, se constitui o ordenamento territorial do município de Cajazeiras. A cidade se expandiu bastante na fase algodoeira em diferentes recortes temporais de ascensão e crise. A partir de meados do século XX, Cajazeiras impôs à região uma nova dinâmica reveladora de sua nova significância funcional, apoiada nas atividades de comércio e serviços.

O campo, após a decadência das atividades econômicas, não evidenciamos ainda mudanças significativas nas velhas estruturas produtivas. Contudo, constatamos a forte pressão para um reordenamento do espaço agrário deste município na perspectiva do estabelecimento de uma agricultura camponesa pautada em novas práticas produtivas. Isto revela as atuais mudanças verificadas com a desconcentração fundiária com o maior parcelamento das terras, através do processo de reforma agrária, fruto da luta e da resistência camponesa para a manutenção do território como forma de produção e reprodução do modo de vida camponês.

Nosso propósito é estabelecer a relação entre a Geografia e a prática da Igreja Libertadora, na perspectiva de desvendar processos sociais fundamentados nos conflitos de classe pela posse e uso da terra. Assim, a teologia da libertação nasceu na metade do século XX, período marcado pelas transformações no cenário global com o surgimento e o desenvolvimento das tecnologias, sobretudo na informática e nas comunicações, mas também na engenharia genética e outros ramos das ciências. Essa nova forma de vida em sociedade, remete-se às análises sociais calcadas na concepção de exploração do trabalho pelo capital.

Nesta perspectiva, o ponto de convergência entre a Teologia da Libertação e o Marxismo encontra-se, na leitura de uma sociedade desigual, que descobriu os

caminhos para a sua edificação no sistema capitalista de produção, pautado na exploração e expropriação dos bens da natureza e do homem pelo homem. Assim, o posicionamento da teologia da libertação pode ser visualizado através da luta pela eliminação da propriedade privada, pelo fim da exploração injusta no trabalho, injustiça social e pela organização coletiva de produção dos bens necessários à produção e reprodução da vida social. A este respeito, Libanio (2012, p. 15) postula que:

Cabe à razão crítica marxista. Porém, as críticas perderam vigência. No entanto, a religião continua presente na vida política, já não mais como uma instituição de poder. Nessa perspectiva crítica, a Teologia da Libertação, num primeiro momento, advogou a secularização das lutas populares e considerava aspectos da religiosidade popular como alienantes. Mais adiante, descobriu, porém, a força motivadora da religião, da fé. A religião institucional se eclipsa, mas as provocações simbólicas que ela maneja, o imaginário religioso sobre o qual ela tem poder, a fé cristã enquanto potencial de mobilização interior, persistem atuantes. E toca-nos fazer soar esse diapasão na linha da libertação. Sob esse aspecto, escreveu-se muito sobre a força libertadora da religiosidade popular. Vem ao caso então a ideia de mística revolucionária. Os camponeses recorrem a uma mística que ultrapassa a experiência puramente intelectual e ideológica e desborda para a do amor, da fidelidade, do testemunho, apoiada pela crença. Ela permite perceber o caráter de uma luta do bem contra o mal, da bênção de Deus para a luta contra a cultura de opressão.

A partir desta afirmação pode-se afirmar que a igreja se torna presente junto à população empobrecida, materializada na Teologia da Libertação que nada mais é que a opção da igreja pelos pobres. Nesta teologia não se é concebida a forma clássica de caridade, visto que esta modalidade não favorece a transformação da realidade dos sujeitos. Na concepção da Teologia da Libertação, o pobre se torna protagonista de suas conquistas e libertações.

A Teologia da Libertação se institui como a opção da igreja, preferencialmente pelos pobres. No entanto, seus adeptos, juntamente com a ala mais progressista do clero, travaram árduas lutas com a ala mais conservadora da igreja instituição, exigindo transformações em sua forma de atuação. Assim, os padres, os bispos, os teólogos e os leigos desta teologia enxergavam nas injustiças sociais uma afronta ao projeto de Deus, carecendo, assim, de uma igreja mais próxima do povo oprimido e que proporcionasse a este o levante contra a situação de opressão ao qual se encontrava inserida. Como afirma Mitidiero (2008, p. 137-138):

Na maior parte deste período de evolução da teologia da libertação e da atuação dos religiosos radicais, os governos latino-americanos eram comandados a “ferro e fogo” por violentas ditaduras militares. No exemplo brasileiro, a defesa desse sistema político por grande parte da igreja católica, sobretudo pelos mais altos estratos da hierarquia eclesial, tornou-se pública e notória em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar. Essa posição dos religiosos católicos serviu para

segmentar e opor internamente ainda mais os constituintes da igreja e explicou os diferentes papéis cumpridos pelos clérigos frente às condições políticas deste país. De um lado, estavam os religiosos que apoiavam os militares ou não se envolviam no contexto político, ou melhor, não se indignavam com a situação social do rebanho. De outro lado, estavam os religiosos inspirados pela Teologia da Libertação, que enxergavam, na organização do povo, a melhor forma de romper a opressão política e econômica.

Desse modo, a Igreja no Brasil, mesmo com pensamentos e ações conflitantes, assumiu a causa das populações empobrecidas e se comprometeu em contribuir com a libertação da situação de opressão dos seus fiéis. Contudo, a realidade da região Nordeste era ainda mais desafiadora à Igreja no Brasil, visto que a situação era mais trágica, por apresentar altos níveis de concentração de terra, de renda e de pobreza. A este respeito, o Documento da CNBB, destaca:

Eu vi a aflição do meu povo. Eu ouvi os seus clamores. E desci para o libertar. Temos a certeza de que Deus, hoje como sempre, não se fecha ao grito de 36 milhões de nordestinos e interpela a Igreja no Brasil e a cada um de nós por sua libertação. São milhões no sertão, nos canaviais, no vale da São Francisco, nas periferias urbanas. O povo nordestino, através de milhares de vozes, de milhares de abaixo-assinados das comunidades, de centenas de manifestações de ruas, de pautas de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores, está clamando por terra para plantar, por trabalho e salário justo para ganhar o pão com o suor do rosto, por água, por sementes para plantio, saúde e tratamento humano. No grito de milhões, o povo quer um modelo sócio-econômico que propicie pão em todas as mesas, liberdade, justiça, participação efetiva no processo de autopromoção (CNBB, 1984, p. 6, 7).

Assim, a Igreja (espírito) se fez carne e habitou entre os pobres agindo material, especialmente, no Nordeste. Visto que a questão social era ainda mais recorrente, já que, na porção semiárida existia uma tendência generalizada (por parte das elites e do Estado) em associar a situação de miséria vivenciada pela população sertaneja às condições edafoclimáticas, à seca. Entretanto, “a causa principal não é a falta de água e de chuva. Não há uma correspondência direta entre a falta de chuva e o flagelo da seca” (CNBB, 1984, p. 11). Sendo assim, a criação do Nordeste seco e miserável é estereotipada⁴ e é, antes de tudo, uma produção política para justificar a cerca que aprisiona a terra e a possibilidade dos nordestinos (camponeses) produzirem e reproduzirem o seu modo de vida.

No Sertão paraibano a realidade vivenciada pelo campesinato não difere de outras regiões. É em meio à situação de exploração do campesinato, bem como das

⁴ - A respeito dos estereótipos nordestinos, consultar: ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

populações empobrecidas que viviam nas periferias das cidades que a Teologia da Libertação nasceu na Mesorregião denominada de Alto Sertão, ouvindo o clamor dos empobrecidos, vindos de toda parte que gritavam sem cessar pedindo por terra, pão, paz e justiça social, especialmente no campo. Isto porque, de acordo com Moreira e Targino (1997), nos anos 60 e 70, aproximadamente 65% da população paraibana residiam no campo. No entanto, a propriedade da terra encontrava-se extremamente concentrada – este é o mote de justiça à luta e a resistência camponesa pela democratização do acesso a terra.

Segundo Petersen e Almeida (2006), as famílias camponesas redescobriram a Igreja não apenas como espaço de expressão e de renovação da fé religiosa, mas também enquanto espaço de reflexão e análise coletiva da realidade vivenciada na sociedade. Assim, a vivência e a reflexão comunitária eram fundamentadas no método dialético de ver, refletir e agir, na perspectiva de encontrar coletivamente alternativas de superar efetivamente a exploração dos patrões. Sendo assim, o caminho que conduzia a reflexão-ação-reflexão era a leitura crítica do evangelho.

Na diocese de Cajazeiras pode-se afirmar que foi determinante para a efetivação da Teologia da Libertação a chegada dos padres Italianos na Diocese de Cajazeiras, por volta dos anos 70. Estes padres trouxeram consigo o sentimento de indignação com as injustiças cometidas às populações empobrecidas, visto que a situação vivenciada pelos trabalhadores do campo era ainda mais calamitosa.

Os padres, vendo a situação do campesinato na microrregião de Cajazeiras, se compadeceram e assumiram a causa dos pobres, por acreditarem que para ser fiel e coerente ao projeto de Deus seria essencial promover a libertação dos camponeses daquela situação de semiescravidão a qual estavam submetidos. Sendo assim, as primeiras ações desencadeadas, segundo Francisco Vieira Filho, fundador do Movimento de Evangelização Rural (MER) no Alto Sertão, afirmou que os padres Italianos se compadeceram ao ver a carência dos trabalhos do campo, ou seja, a exploração dos patrões.

Naquela época, o patrão tinha os moradores e os colocavam para morar em casas de taipa ou de alvenaria, mas de péssima qualidade. Os moradores plantavam o algodão e era metade para o patrão e metade para o morador. Nesta história, além do morador pagar a metade para o patrão ele ainda fornecia a mercadoria ruim e cara e, ainda assim, cobrava os juros. Quando terminava tudo, o morador praticamente não ficava com nada

ou, ainda ficava devendo ao patrão para pagar nos anos seguintes – “era uma situação que doía na alma”⁵.

Deste modo, a organização dos trabalhadores foi se instalando que tal forma a movimentar tanto a Igreja, instituições públicas e os proprietários de terras. Com a organização dos trabalhadores em destaque, ganhando espaço junto aos demais trabalhadores do campo e ganhando algumas causas na justiça (“aí começou mesmo a ferver o caldeirão”) vieram às perseguições de toda parte: do ministério do trabalho, da justiça federal, dos patrões e da própria Igreja⁶.

Toda essa movimentação acontecia com o apoio da “Igreja”. No entanto, o Bispo Diocesano era Dom Zacarias que pertencia à ala mais conservadora da Igreja. Segundo Pe. Gervásio, a Diocese de Cajazeiras foi pouco perseguida no período da Ditadura Militar, por conta da proximidade do bispo com os militares que tinham plena confiança nele. Isto é, para a Diocese o trabalho que estava sendo feito pelas Pastorais e os padres Italianos eram de catequese, mas na verdade estava acontecendo a formação sindical dos trabalhadores. Estas foram às primeiras ações de Teologia da Libertação na Mesorregião do Alto Sertão.

As primeiras ações de luta e a organização do campesinato na região se deu em pleno período da ditadura militar a Diocese era detentora de uma Rádio denominada Alto Piranhas e o Movimento de Evangelização Rural (MER) apresentava um Programa chamado Evangelho no Campo. Na ocasião, o Padre Mauro Carlos lia um trecho do evangelho e os trabalhadores do MER (Francisco Vieira, Osmar e Zefinha) faziam os comentários com base no Estatuto da Terra. E esse era motivo de afronta aos patrões, que chegavam a chamar os Padres e os trabalhadores de infelizes, pois inventavam de ler o evangelho para colocar os trabalhadores contra os patrões⁷.

Estes foram os primeiros passos para o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Sertão – PB) e a sua inserção no contexto de luta pelo acesso a terra revela a sua importância no processo de ordenamento e reordenamento territorial,

⁵ - Sobre a situação dos trabalhadores do campo no alto sertão paraibano ver o documentário, O País de São Saruê. Direção Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: restaurado pela Labo Cine, 1970. 1. Documentário (1h:23m:37s), cópia de 35mm, p&b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HiznfkUBBqE>. Acesso em 24 de março de 2015.

⁶ Segundo informações do Fundador do Movimento de Evangelização Rural (MER): Francisco Vieira Filho todas as reuniões eram registradas em forma de ata. No entanto, toda esta documentação precisou ser enterrada para não servir de provas contra eles, quando a Polícia Federal iniciou a investigação contra eles, em plena Ditadura Militar.

⁷ Na conversa com o fundador do Movimento, ele nos confidenciou que a Polícia não os prendeu na Ditadura, porque os programas da rádio não eram gravados, e a punição, por isto, foi fechar a rádio por 48 horas.

materializados na conquista da terra, assim como na utopia de formação do “Território de Esperança” pautado na construção de um mudo mais justo, igualitário territorial, econômico e político.

Considerações Finais

Considera-se que a Teologia da Libertação materializada posteriormente na Comissão Pastoral da Terra tenha contribuído de forma significativa para o ordenamento territorial do município de Cajazeiras, já que como fruto de sua atuação territorial existem sete assentamentos de reforma agrária beneficiando 195 famílias, desconcentrando 6.373.72 hectares de terras, que outrora, pertencia a quatro famílias.

Por isso posto é que acreditamos ser preciso colocar a terra em liberdade para torna-la produtiva, posteriormente, a terra encontra-se concentrada em poucas famílias que dela não tiravam seu sustento em detrimento de 195 famílias que não tinham acesso a terra para dela produzir alimentos para alimentar as suas famílias e fornecer alimentos saudáveis para as populações que vivem na cidade de Cajazeiras.

É visível a participação da CPT – Sertão – PB no processo de organização das lutas camponesas territoriais no município de Cajazeiras. Estas lutas foram vitoriosas pela capilaridade organizacional e a relação de poder exercida pelos sujeitos envolvidos, uma vez que toda forma de organização nasce imbricada à lógica territorial, carecendo, assim, de luta e da resistência social, características fundamentais para a construção e reconstrução do modo de ser de viver camponês.

Faz-se necessário destacar que a Teologia da Libertação e sua atuação junto as Comunidades Eclesiais de Base contribuíram de forma significativa para a constituição das lutas camponesas na mesorregião do Alto Sertão, assim como no município de Cajazeiras, não somente, enquanto atuação Pastoral, mas também assumindo o protagonismo da conquista do “Território de Esperança”, fruto da luta e da resistência camponesas, alcançado a partir da labuta cotidiana e da esperança coletivamente em ter terra, pão e direitos.

Portanto, estas são algumas considerações que não estão prontas nem acabadas, por acreditar que este trabalho vai muito além destes pressupostos apresentados. Existe, enfim, uma série de fatos e acontecimentos que merecem destaque, estas são algumas contribuições postas ao debate.

Referências

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo, 8. ed. Cortez, 2011, p.1-334.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOCUMENTOS DA CNBB. **Nordeste**: desafio à missão da igreja no Brasil. Texto aprovado na 22ª reunião ordinária do conselho permanente. São Paulo: Paulinos, 1984.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa On-line**.

Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>> (Acesso em 23/02/2015)

LIBANIO, João Batista. Teologia da Libertação: esquerda católica e inserção. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, ISSN 2179-0019, vol. 3, nº 1, 2012, p. 4-25, Disponível em:

<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/viewFile/349/pdf_33>

(Acesso: 15/01/2015, às 14h).

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MITIDIERO, Marcos Antonio Junior. **A ação territorial de uma igreja radial**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral no Estado da Paraíba. Tese de Doutorado USP, São Paulo, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia humana como história territorial. In: __. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 37-47.

MOREIRA, Emília. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba/Emília Moreira, Ivan Targino**, João Pessoa: Editora Universitaria/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **REVISTA NERA**. ANO 10, n. 10 Rio de Janeiro, 2007 – ISSN: 1806-6755, disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1424>>. (Acesso em: 20/07/2014).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, volume 5, n. 1, março de 2011. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/962/697>. (Acesso em: 20/08/2014, às 19h).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão Agrária no Brasil**. 47. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sílvia Gomes de. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro. Redes AS-PTA. Rio de Janeiro, 2006.